



Processo:	030528-0200/20-0
Órgão:	PM DE UNISTALDA
Matéria:	Representação
Interessado:	José Amélio Ucha Ribeiro

Vistos em Gabinete.

Retornam a este Gabinete o processo iniciado por Representação oferecida pela empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA em que foram apontadas irregularidades no Pregão Presencial nº 012/2020 do Município de Unistalda.

O certame tem como objeto a contratação de "serviços e soluções para aprimorar boas práticas de gestão pública e governança, com sistemas que atendam às necessidades dos cidadãos e exigências legais de prestação de contas, mantendo uma conversão total dos dados históricos, implantação com aderência e modelagem dos processos internos, capacitação e treinamento aos usuários, assim como acompanhamento assistido *in loco*".

A Representação aponta irregularidades que dizem respeito ao direcionamento do certame mediante especificações técnicas de caráter acessório exigidas como obrigatórias; não obtenção da proposta mais vantajosa; exigência de sistema desenvolvido por único fabricante; e desclassificação sem justificativa cabal da concorrente com melhor proposta.



A Representante solicitou medida cautelar para suspensão do certame ou da respectiva contratação no estado em que se encontrar.

Antes de examinar o pedido de tutela de urgência, determinei a intimação do Administrador para se manifestar a respeito dos fatos. Intimado, o Gestor apresentou Esclarecimentos preliminares acompanhados de documentação.

É o relatório.

Passo ao exame dos requisitos de concessão da medida cautelar proposta.

O Administrador alega que a Empresa Dueto restou desclassificada por descumprimento ao item 8.2.5 do Edital, tendo lhe sido assegurada ampla defesa no processo administrativo. Afirma que a comparação com outros Municípios não procede, pois em vários Municípios editais semelhantes tramitaram sem percalços até suas conclusões. Argumenta que o certame não gerou desperdício de valores como o alegado, já que não pode ser imputada à Administração a desclassificação da Representante. Afirma ter realizado pesquisa de preços junto a fornecedores e estabelecido preços de referência com a utilização do Sistema Licitacôn. Refere que a empresa vencedora do certame apresentou devidamente os atestados de capacidade técnica. Aduz que a empresa Dueto não preencheu o requisito do item 8.2.5 do Edital, posto que o sistema de informática ofertado pela concorrente não era desenvolvido por uma única empresa.

No exame das alegações da Administração e dos documentos juntados, percebe-se não haver justificativa técnica suficiente para que todos os itens e componentes do objeto licitado sejam desenvolvidos por um único fornecedor ou fabricante.



Em uma análise prévia e provisória, entendo que bastaria ao Município de Unistalda exigir que os componentes do sistema informatizado fossem compatíveis entre si. De outra sorte, a exigência de fornecedor único para um complexo sistema de gerenciamento de dados de fato limita a participação de concorrentes que possam fornecer solução compatível construída por mais de um fabricante.

Questão semelhante foi examinada no Processo do Município de Nova Esperança do Sul por esta Corte de Contas. Naquele caso também estava sendo licitado Sistema de Informática de complexidade similar e o edital previa a aquisição em único lote e fornecedor único, o que foi apontado como irregular no item 1.1.2.1 daquela auditoria. Naquela ocasião esta Corte de Contas determinou a retificação ou anulação do Edital (Decisão nº 1C-0517/2018 – Processo nº 007066-02.00/17-2. Primeira Câmara - Relator Conselheiro Pedro Figueiredo).

Como salientado na Instrução Técnica do processo acima citado, a concentração em um único fornecedor para as aquisições de software, sem justificativa técnica plausível vem sendo repelida pela jurisprudência desta Corte de Contas. Como segue:

Apesar do Administrador afirmar a necessidade de fornecedor único e juntar Memorando para justificar tal necessidade, tem-se que não resta esclarecido o motivo da afirmação da incompatibilidade ou prejuízo na adoção de mais de um fornecedor em relação aos programas relacionados à gestão de serviços que não produzem efeitos financeiros ou patrimoniais imediatos e cuja operacionalização não requer o compartilhamento da base de dados contábil do Município. Tão pouco é apresentada justificativa técnica suficiente para a necessidade de compatibilização em relação aos programas que usam plataformas diversas.



A concentração em um único fornecedor para as aquisições de software, sem justificativa técnica plausível, contraria o entendimento dessa Corte de Contas a seguir transcrito:

Em relação à falha de contratação de serviços de informática e locação de softwares, item 2.1, abrangendo sete diferentes módulos, quais sejam, cadastro único, contabilidade pública e orçamento, folha de pagamento, controle de patrimônio, tesouraria, transparência e licitações, mantenho a falha apontada.

(...).

Apesar de o Gestor afirmar que a integração dos sistemas de informática poderia restar comprometida, caso fosse prevista a contratação por lotes, tais alegações não restaram tecnicamente comprovadas.

Ressalta-se, a propósito, o posicionamento do TCU sobre o tema:

"(...) proceda, nos casos de processos licitatórios relativos à TI cujo objeto demonstre-se técnica e economicamente divisível, a licitação e a contratação separada dos serviços, utilizando-se do parcelamento, da adjudicação por itens ou de outros mecanismos

(permissão de consórcios ou subcontratações, como a forma de obter o melhor preço entre os licitantes, de acordo com o previsto nos arts. 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, apresentando justificativas pormenorizadas caso julgue inviável efetuar a contratação em separado dos objetos distintos da licitação.)"

"(...) a falta de parcelamento de objeto que implique diminuição sensível de licitantes aptos a prestar parte dos serviços demandados configura violação ao comando contido no art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93."

(Processo nº 001758-02.00/13-7. Contas de Gestão do Legislativo Municipal de Gentil. Rel. Conselheiro Alexandre Mariotti. J. em 09-03-16. Publ.: Boletim 444/2016, em 11-04-2016)



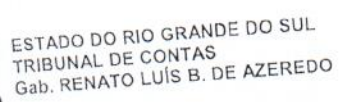
No caso presente, as justificativas de cunho genérico não indicam necessidades técnica e ou econômicas para que os o sistema tenha desenvolvedor único.

Percebo que a indevida exigência de único fornecedor provocou a ocorrência de outras irregularidades dela decorrentes, como a desclassificação da representante e mais grave, a não obtenção da melhor proposta que fora de fato ofertada pela concorrente excluída. Além disso, a mesma exigência injustificada torna plausível a ocorrência de direcionamento do certame, especialmente pela circunstância de somente uma interessada ter sido mantida habilitada na licitação.

A limitação à competição demonstrou iminente risco aos cofres públicos, em razão de pagamento acima do que seria gasto caso o certame tivesse tramitado regularmente. Assim, presente o *fumus boni iuris*.

Conforme consta nos autos, o julgamento das propostas já ocorreu e teme-se o início dos pagamentos com prejuízo ao erário. Logo, confirmado o *periculum in mora*, sendo necessária a tutela de urgência para que se suspendam os pagamentos e a execução do contrato (se já firmado), até que essa Corte de Contas examine o mérito e o restante das questões levantadas na Representação.

Diante do exposto, **concedo medida cautelar e determino ao Gestor Municipal que suspenda o andamento do Pregão Presencial nº 012/2020 do Município de Unistalda e da respectiva contratação, no estado em que se encontrarem, bem como que se abstenha de realizar pagamentos à empresa Delta Soluções em Informática Ltda, em razão do mesmo contrato, até que este Tribunal de Contas examine o mérito das questões trazidas na Representação.**



Processo
30528-0200/20-0

Página da
poça
6

Peça
3136440

DOCUMENTO PÚBLICO

Conselheiro Renato Azeredo,
Relator.
Assinado digitalmente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E SOLUÇÕES PARA APRIMORAR BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, COM SISTEMAS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS CIDADÃOS E EXIGÊNCIAS LEGAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MANTENDO UMA CONVERSÃO TOTAL DOS DADOS HISTÓRICOS, IMPLANTAÇÃO COM ADERÊNCIA E MODELAGEM DOS PROCESSOS INTERNOS, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, ASSIM COMO ACOMPANHAMENTO ASSISTIDO IN LOCO”.

DECISÃO

Trata-se do Pregão Presencial nº 12/2020, que objetiva a “contratação de empresa especializada, visando o fornecimento de serviços e soluções para aprimorar boas práticas de gestão pública e governança, com sistemas que atendam as necessidades dos cidadãos e exigências legais de prestação de contas, mantendo uma conversão total dos dados históricos, implantação com aderência e modelagem dos processos internos, capacitação e treinamento aos usuários, assim como acompanhamento assistido in loco”.

A Empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA ofereceu REPRESENTAÇÃO em desfavor da Prefeitura Municipal de Unistalda perante o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (Processo nº 030528-0200/20-0), alegando, em suma, que na licitação em reporte há irregularidades, com o direcionamento do certame mediante especificações técnicas de caráter acessório exigidas como obrigatórias; não obtenção da proposta mais vantajosa; exigência de sistema desenvolvido por um único fabricante; e desclassificação sem justificativa cabal da concorrente com melhor proposta.

O Relator Conselheiro Renato Azeredo expediu decisão concedendo medida cautelar e determinando que o Gestor Municipal suspenda o andamento do Pregão Presencial nº 12/2020 do Município de Unistalda e da respectiva contratação, no estado em que se encontrarem, bem como que se

h



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA**

abstenha de realizar pagamentos à empresa Delta Soluções em Informática Ltda, em razão do mesmo contrato, até que este Tribunal de Contas examine o mérito das questões trazidas na Representação.

Nesse sentido, **DETERMINO a suspensão do Pregão Presencial nº 12/2020 (Processo Administrativo nº 197/2020) conforme decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.**

Publique-se urgentemente.

Cientifique-se os interessados.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Unistalda, RS, 23 de novembro de 2020.

JOSÉ AMÉLIO UCHA RIBEIRO

Prefeito Municipal